

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVANE GROTH LANGE

**ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS INDÍGENAS BENEFICIÁRIAS
PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA-
PARANÁ**

CURITIBA

2016

SILVANE GROTH LANGE

**ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS INDÍGENAS BENEFICIÁRIAS
PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA-
PARANÁ**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Cristina Elias Esper Stival

CURITIBA

2016

Estado nutricional de crianças indígenas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família do Município de Itaipulândia-Paraná

LANGE, Silvane Groth¹

RESUMO

O presente artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, trata sobre o estado nutricional de crianças indígenas beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, sendo de extrema importância o monitoramento e a avaliação do estado nutricional na infância para avaliar as condições de saúde e nutrição, em especial de populações em vulnerabilidade. Este artigo buscou avaliar o estado nutricional de crianças indígenas de 0 a 10 anos de uma aldeia localizada no município de Itaipulândia, no Estado do Paraná. Participaram do estudo quarenta crianças e os dados foram obtidos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Para a classificação do estado nutricional foram utilizados os indicadores Estatura para Idade (E/I) e Índice de Massa Corporal para idade (IMC/I) e os dados foram analisados com as curvas específicas para o sexo da Organização Mundial de Saúde, preconizadas pelo SISVAN. Os resultados encontrados no indicador EI demonstraram que o gênero masculino apresentou déficit de estatura elevado, sendo, 10% nos menores de cinco anos e 28% nos maiores de cinco anos. No indicador IMC/I a maior parte das crianças indígenas apresentou estado nutricional adequado, entretanto os índices de sobrepeso e obesidade foram elevados, assim sendo, nas crianças menores de 5 anos do gênero masculino a prevalência de sobrepeso foi de 20% e no gênero feminino 12,5%, já na faixa etária de crianças maiores de cinco anos no gênero masculino foram encontrados 14,2% de sobrepeso e 14,2% de obesidade e no gênero feminino 14,2% apresentou sobrepeso. Não foram encontrados casos de desnutrição entre as crianças avaliadas. Estes resultados apontam para transição nutricional que indica diminuição da desnutrição e alta prevalência de sobrepeso e obesidade entre crianças indígenas. Portanto, faz-se necessário o planejamento de políticas públicas que melhorem a educação e implantação de medidas preventivas e promotoras de saúde, ressaltando a reeducação alimentar e atividades de educação nutricional nas escolas públicas, as quais podem auxiliar na formação de hábitos alimentares saudáveis, na manutenção da saúde e controle de peso corporal adequado.

Palavras-chave: Avaliação nutricional. Crianças indígenas. Estado nutricional.

¹ Nutricionista coordenadora do Programa Bolsa Família na Secretária de Saúde;
email: silvane_nutry@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os indígenas da etnia Ava-guaranis instalaram-se em Itaipulândia- PR em fevereiro de 2015 vindos da aldeia Tekohá Ocoy (Tekohá: é, assim, o lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser” o estado de vida guarani), pertencentes a um município próximo chamado São Miguel do Iguazú no Estado do Paraná.

Para os indígenas os principais motivos da mudança foram a falta de terra para cultivar seus alimentos e em função do crescimento vegetativo e migratório da população do Ocoy, com isso a área tornou-se insuficiente para a sobrevivência da comunidade. A terra ocupada é de propriedade do Governo do Estado do Paraná e equivale a (43) quarenta e três alqueires e estava cedida desde 2008 ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e fica localizada a 20 km² da sede do município.

A nova aldeia formada foi identificada como Aty Miri (pequeno grupo) e nela estão residindo 58 famílias perfazendo o total de 208 indígenas, tendo como sujeitos da pesquisa 40 (quarenta) crianças. Para regularização da Aldeia, ou seja, do terreno, o processo permanece em tramitação na Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Mediante as observações realizadas no local da Aldeia, as condições de moradia são precárias, sendo a maioria das casas de madeira ou lona, não dispõe de luz elétrica e não há saneamento básico. A água potável esta encanada em alguns pontos da aldeia.

A área ocupada fica as margens do lago e reserva da Itaipu Binacional, e os meios de sobrevivência na aldeia são basicamente: sextas básicas fornecidas mensalmente pelo município de Itaipulândia; Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um auxílio mensal equivalente a um salário mínimo que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) proporciona a: Idosos a partir dos 65 anos ou pessoas com deficiência e incapacitadas para o trabalho, Benefício do Programa Bolsa Família, (90% das famílias estão recebendo o benefício) e por fim pesca no lago de Itaipu, porém há escassez de peixe e não esta sendo suficiente para suprir a alimentação da aldeia.

Outra renda é dos homens que conseguem trabalhar de diarista nos moradores próximos da Aldeia, enquanto as mulheres ficam responsáveis por

cuidar das crianças, cozinhar e cultivar alguns alimentos como mandioca, batata doce, verduras (o cultivo de alimentos é recente e faltam muitas ferramentas para o trabalho, que é manual).

A tradição indígena em relação ao uso de plantas medicinais para tratar algumas doenças mais comuns ainda são regularmente utilizadas, porém quando se trata de alimentação as tradições estão se perdendo, pois devido a escassez principalmente da caça e da pesca e a dificuldade no cultivo de seus próprios alimentos os indígenas necessitam utilizar alimentos recebidos através de sexta básica ou adquiridos nos supermercados da cidade com recursos recebidos de benefícios já citados. Neste sentido, grande parte da alimentação, é constituída por alimentos industrializados ricos em gorduras, açúcares e sódio.

Na aldeia os estudantes frequentam uma escola improvisada em uma construção antiga que foi construída e utilizada nos jogos mundiais da natureza em 1997 e após totalmente abandonada pelo poder público. O município de Itaipulândia em parceria com a Itaipu binacional reestruturou o local para que a escola entrasse em funcionamento em junho de 2015, porém no início os estudantes não dispunham de carteiras, cadeiras, mesas, livros didáticos e materiais pedagógicos.

Alguns meses depois, o governo do Estado do Paraná enviou estes materiais e contratou cinco professores indígenas e uma pedagoga não indígena para atender quarenta e cinco estudantes que frequentam a educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental (1° ao 5° ano). Há treze estudantes que frequentam o ensino fundamental do 6° ao 9° ano e quatro estudantes do ensino médio no Colégio Estadual Costa e Silva localizado na sede do município. Dois estudantes frequentam o magistério em um município próximo (Missal-PR) e cinco frequentam o ensino superior na UNIOESTE em Foz do Iguaçu-PR.

O Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu é responsável por fornecer assessoria pedagógica aos professores na aldeia e a alimentação escolar é enviada pelo Governo do Estado do Paraná e preparada por duas funcionárias indígenas.

Na aldeia são realizados atendimentos na área da saúde em um posto de saúde improvisado (construído pelos indígenas). Os trabalhos são

organizados por uma agente de saúde indígena e uma técnica de enfermagem e uma vez na semana vem um médico e um dentista cedido pela FUNAI de uma aldeia da região para fazer atendimentos clínicos, sendo que se houver necessidade de atendimento emergencial como internamentos ou procedimentos, os mesmos são encaminhados ao Hospital e Maternidade de Itaipulândia. O transporte dos indígenas que precisam de atendimento emergencial é realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU ou com o carro da FUNAI fornecido para ser utilizado na aldeia, conforme a demanda.

Com a recente instalação da aldeia indígena no município de Itaipulândia/PR surgiu à necessidade de conhecer o estado nutricional das crianças indígenas de 0 a 10 anos beneficiários do Programa Bolsa Família.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de um inquérito transversal, que visou caracterizar o estado nutricional, por meio de dados antropométricos, de crianças indígenas Ava-guaranis no Município de Itaipulândia- PR.

2. CULTURA INDÍGENA

Os povos indígenas estão expostos a transformações socioeconômicas e ambientais, que os expõem a elevadas taxas de morbimortalidade por doenças infecciosas, limitações territoriais e diminuição dos recursos naturais. Todos estes fatores exercem influência sobre o estado nutricional em especial das crianças. Porém, existem poucos estudos caracterizando o estado nutricional desta população (SANTOS, 2003).

O método mais simples para se conhecer o estado nutricional é a avaliação antropométrica, e dentre essas medidas, o peso e a altura são referidos como as medidas mais sensíveis e específicas para a avaliação do processo de crescimento e desenvolvimento e, portanto, avaliação do processo de nutrição e saúde (VASCONCELOS, 2000; MIRANDA et al., 2012).

Os programas de transferência condicionada de renda têm-se destacado como políticas de proteção social e combate à pobreza em diversos países, inclusive no Brasil. Destinam-se às famílias em situação social adversa, com dificuldade de acesso a alimentação adequada e podem auxiliar na promoção

da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias, ao propiciar às populações em vulnerabilidade social maior capacidade de acesso aos alimentos (BURLANDY, MAGALHÃES, 2008).

Dados indicam que os recursos do programa bolsa família são utilizados para aquisição de material escolar, roupas e calçados para as crianças frequentarem as escolas e ainda para aquisição de gêneros alimentícios e dependendo da situação de vulnerabilidade da família o recurso é totalmente destinado à alimentação. (BRASIL, 2015).

A escassez de alimentos tradicionais da cultura indígena como mandioca, macaxeira ou aipim, milho, carne de caças e peixes, raízes, frutas silvestres, palmito, castanhas, coco e folhas verdes, devido a isso atualmente a população indígena está exposta a produtos industrializados, massas, refrigerantes, açúcar refinado, gordura processada e outros produtos industrializados. A limitação e a devastação da área indígena e o recebimento de sextas de alimentos facilitam o consumo de alimentos processados e reduz o consumo de alimentos frescos e saudáveis (COIMBRA et al, 2002).

Essa mudança no padrão alimentar das populações indígenas tem contribuído com o aumento do sobrepeso e obesidade. Sendo elas ocasionadas por diversos fatores, entre eles, fatores metabólicos, genéticos, comportamentais e ambientais (SILVA, 2005). Dentre os fatores fortemente relacionados estão à desnutrição fetal e infantil, baixos índices socioeconômicos, adoção de dietas ricas em gordura e açúcar e redução da atividade física (KAIN et al, 2003).

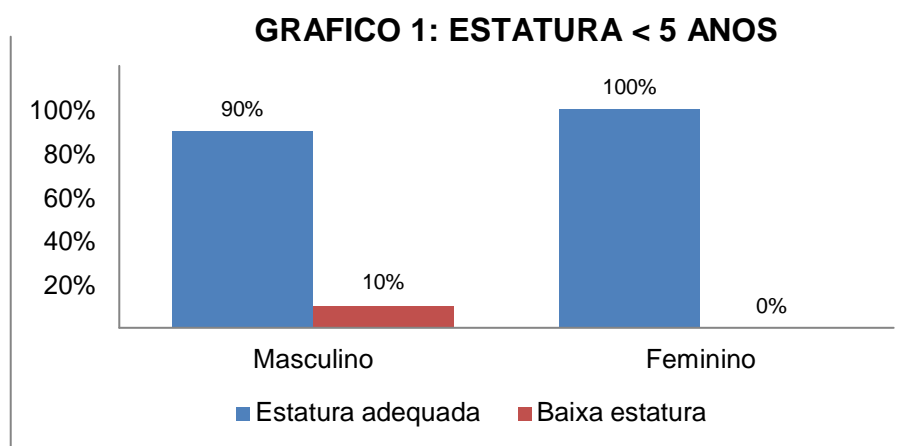
3. DEMONSTRAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS

Participaram deste estudo (40) quarenta crianças indígenas de (o) zero a (10) dez anos beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Os dados antropométricos foram obtidos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) tendo como referência o mês de agosto de 2016.

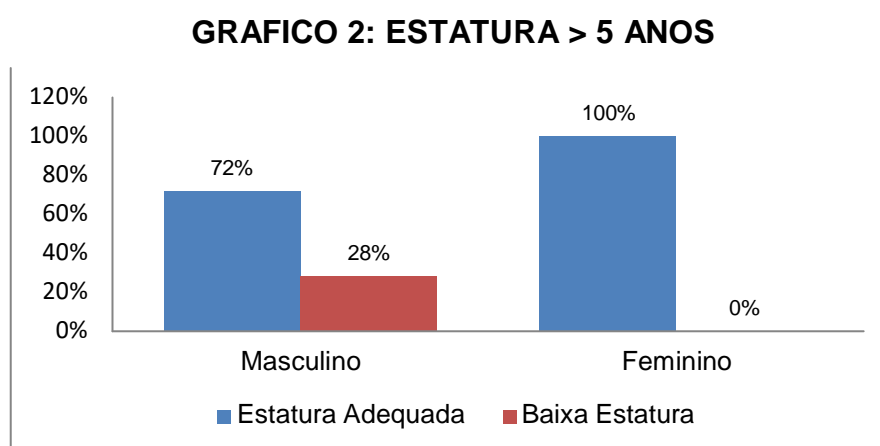
Foram utilizados os indicadores Estatura para Idade (E/I) e Índice de Massa Corporal para idade (IMC/I). Para a classificação do estado nutricional pelos índices E/I e IMC/I foram utilizados as curvas percentilares específicas

para o sexo da Organização Mundial de Saúde, preconizadas pelo SISVAN (BRASIL, 2004).

Foram avaliadas (40) quarenta crianças Ava-guaranis menores de dez anos, sendo vinte e três do gênero feminino e dezesseis do gênero masculino. Quanto à avaliação nutricional foram encontraram índices bastante elevados. Em relação ao percentil estatura para idade (E/I) entre as crianças menores de cinco anos do gênero masculino foram encontrados 10% com baixa estatura. Nas crianças maiores de cinco anos a prevalência de baixa estatura no gênero masculino foi de 28%. No gênero feminino não houve déficit de estatura em nenhuma das faixas etárias. Ao Observar os gráficos 1 e 2:



FONTE: Lange (2016)



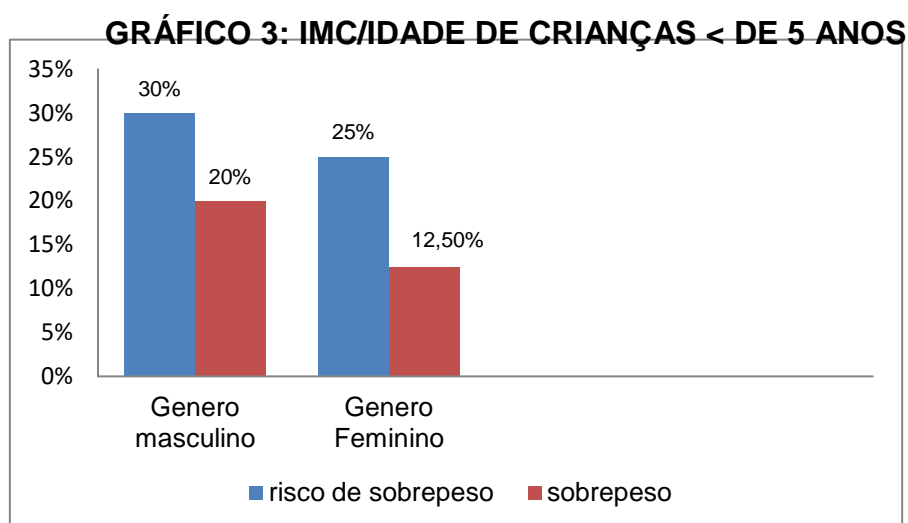
FONTE: Lange (2016)

O perfil de crescimento das crianças Ava-guaranis é semelhante a outras populações indígenas, as quais apresentam baixa estatura. Estudos com crianças indígenas, com vários grupos etários, demonstraram alta

incidência de baixa estatura para idade que, em alguns casos, ultrapassam 50% (SANTOS e COIMBRA, 2003). Em estudo semelhante Escobar et al (2008) , encontraram uma prevalência de crianças indígenas Pakaanóva com baixa estatura para idade de 45,8%.

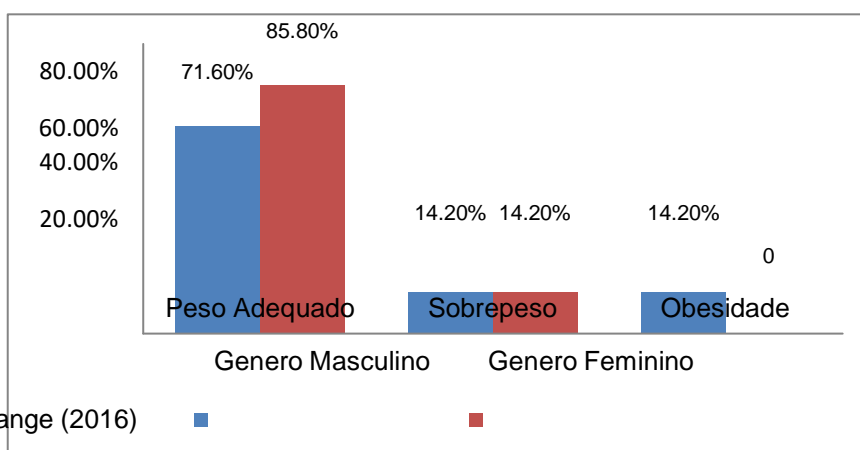
Ao comparar a prevalência de baixa estatura neste estudo com as crianças brasileiras em geral (10,5% para menores de cinco anos em 1996, variando de 4,7% no Centro-Sul urbano a 25,2% no Nordeste rural), verifica-se que nas crianças indígenas este déficit é mais elevado (MONTEIRO, 2000).

Ao avaliar o Índice de Massa Corporal para idade obteve-se no gênero masculino nas crianças menores de 5 anos, 30% de risco de sobrepeso e 20% de sobrepeso. O gênero feminino apresentou 25% de risco de sobrepeso e 12,5% de sobrepeso. Não houve prevalência de desnutrição e obesidade nesta faixa etária. Consta no gráfico 3:



FONTE: Lange (2016)

Na faixa etária de crianças maiores de cinco anos no gênero masculino foram encontrados 14,2% de sobrepeso e 14,2% de obesidade, sendo que 28,4 % apresentaram algum grau de excesso de peso, já as crianças com peso adequado segundo o IMC/I representaram 71,6%. No gênero feminino 14,2% encontrava-se com sobrepeso e 85,8% com o peso adequado segundo o índice de massa corporal. Não foram encontrados casos de desnutrição em nenhum dos gêneros. Assim, ao observar o gráfico 4:

GRÁFICO 4: IMC/IDADE DE CRIANÇAS > DE 5 ANOS

Fica evidente o fato de que neste estudo, nas duas faixas etárias não foram encontradas crianças desnutridas. Justifica-se, pois, dados atuais apontam diminuição da desnutrição proteico-energética em crianças no Brasil que, na década de 1970, atingia 40,5% das crianças menores de cinco anos, apontando para uma transição nutricional com aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias (BATISTA, 2003).

Nas crianças menores de cinco anos o risco de sobrepeso e a prevalência de sobrepeso foram maiores no gênero masculino. Já nas crianças maiores de cinco anos o índice de sobrepeso, foi igual nos dois gêneros e a obesidade esteve presente somente no gênero masculino.

A prevalência de sobrepeso e obesidade entre as crianças indígenas esta inferior às de crianças não indígenas, pois de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, a prevalência de excesso de peso em crianças entre cinco e nove anos foi de 25% a 30% nas Regiões Norte e Nordeste e de 32% a 40% nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (BRASIL, 2009). Porém o fato da prevalência de sobrepeso e obesidade serem menores em crianças indígenas, não deixa de ser preocupante, pois como a alimentação nas aldeias está sofrendo fortes influências das sociedades que as rodeiam, esses números tendem a se elevar.

Para Coimbra et al (2003), mesmo que as doenças infecciosas continuem a interferir na saúde das comunidades indígenas do país, há evidencias de que a frequência de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade esta aumentando. Isso esta relacionado à modificação da

subsistência, dieta e atividade física, dentre outros fatores associados a mudanças socioculturais e econômicas resultantes da interação com a sociedade nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados nas crianças indígenas apontam grande prevalência de sobrepeso e obesidade. A precariedade nas condições de vida a que estão expostas esta população indicam urgência da atuação do Poder Público com ações e investimentos específicos e adequados a esta população. Estes dados reforçam o processo de transição nutricional ocorrido no Brasil e a importância de implantar medidas para prevenir e/ou tratar a obesidade infantil.

É extremamente necessária a realização de pesquisas sobre as condições nutricionais dos povos indígenas e ações que promovam a mudança do comportamento da população com relação à dieta e atividade física, através de políticas públicas, que melhorem a educação e implantação de medidas preventivas e promotoras de saúde, sendo também necessário o monitoramento e avaliação da prevalência de doenças, já que a obesidade é fator de risco para o desenvolvimento de diversas doenças crônicas degenerativas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BATISTA, F. M.; RISSIN A. **A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais.** Cad. de Saúde Pública 2003; 19 (Supl 1): S181-S91.

BRASIL. Vigilância alimentar e nutricional - **Sisvan: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação-geral da Política de Alimentação e Nutrição, 2004.

BRASIL, **Estudos Etnográficos Sobre O Programa Bolsa Família Entre Povos Indígenas,** Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Pesquisas de Orçamentos Familiares 2008-2009, 2009.

BURLANDY L.; MAGALHÃES R.; **Dura realidade brasileira: famílias vulneráveis a tudo.** Democracia viva. 2008;39:8-10. Disponível em: ibase.br/userimages/DV_39_39nacionR al.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2016.

COIMBRA, JR. C. E. A. et al, **The xavante in transition: health, ecology, nd bioanthropology in central brazil.** Michigan: The University of Michigan Press, 2002.

COIMBRA Jr., C. E. A.; SANTOS R. V.; ESCOBAR A. L. (Org.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

ESCOBAR, Ana Lúcia; SANTOS, Ricardo Ventura; JR, COIMBRA Jr., C. E. A.; **Avaliação nutricional de crianças indígenas Pakaanóva (Wari´), Rondônia, Brasil.** Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil Recife, 3 (4): 457-461, out./dez., 2008.

KAIN, J.; VIO F.; ABALA C. **Obesity Trends end determinant factors in latin America.** In : KAC, G.; MELÉNDEZ G. V. (org). A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 19, suplemento 1, p. S77-S86, 2003.

MIRANDA, M. et al. **Avaliação antropométrica na infância: uma revisão.** Brazilian Journal of Sports Nutrition, v.1, n.1, p.37-45, 2012.

MONTEIRO C. A. **Evolução da nutrição infantil nos anos 90.** In: Monteiro CA, organizador. Velhos e novos males da saúde no Brasil. São Paulo: HUCITEC; p. 375-92, 2000.

SANTOS RV, COIMBRA Jr CEA. **Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil.** In: Coimbra Jr CEA, Santos RV, Escobar AL, organizadores. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ABRASCO; 2003. p. 13-47, 2003.

SILVA, Giselia Alves Pontes da, BALABAN, Geni e MOTTA, Maria Eugênia F. de A. **Prevalência de Sobrepeso e Obesidade em Crianças e Adolescentes de Diferentes Condições Socioeconômicas.** Ver. Brás. Saúde Mater. Infant., v.5, n.1, p.53-59. jan./mar. 2005.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. **Avaliação nutricional de coletividades.** 3.ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 154p. 2000.